



**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA ITAIPU BINACIONAL,
DESIGNADO(A) PARA O PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL NF 2085-18**

**URGENTE – IMPUGNAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL NF 2085-18**

TELTEX TECNOLOGIA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.442.360/0003-89, localizada da Rodovia Governador Mário Covas, S/N, KM 279, sala 79, Bairro Tims, CEP 29.161-382, Serra, Espírito Santo, representada por seu Diretor Presidente, Sr. Valmor Fernandes Rosa Filho, portador do RG nº 6034795549 SSP-RS e do CPF/MF nº 553.691.380-87, vem respeitosa e tempestivamente perante Vossa Senhoria, apresentar

IMPUGNAÇÃO

ao Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL NF 2085-18**, com fundamento no item 2.23 do Edital, na Norma Geral de Licitação (NGL) da Itaipu e artigo 41 e parágrafos da Lei 8.666/199, pelos motivos a seguir expostos.

1 – DA SITUAÇÃO FÁTICA

A Itaipu Binacional deflagrou certame licitatório na modalidade pregão eletrônico objetivando a aquisição e implantação de sistemas de monitoramento por câmeras de vídeo e postos de controle de ronda para o Parque da Piracema da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu-PR.



Após a análise das disposições editalícias, constatou-se a existência de ilegalidades e irregularidades que maculam o devido processo licitatório, em patente contrariedade aos ditames impostos pela legislação incidente.

Diante de referidos vícios, está evidenciada a necessidade de impugnação do presente Edital, requerendo-se, ao final, a suspensão do certame e a consequente retificação do instrumento convocatório.

2 – DAS INCONGRUÊNCIAS DO EDITAL

Em que pese a relevância do objeto do certame ora impugnado, o Edital combatido contempla ilegalidades, motivo pelo qual vem a ora Impugnante, tempestivamente, através deste arrazoado, relatar e apontar os elementos que contaminam o instrumento convocatório.

2.2. DA IRREGULARIDADE ATINENTE À VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O Edital veda em seu item 2.13, “a”, a participação de empresas que se encontrem sob processo de recuperação judicial e extrajudicial.

Ocorre que a vedação à participação de empresas em estado de recuperação em processos licitatórios fere frontalmente o entendimento do Superior Tribunal de Justiça – STJ:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTICIPAÇÃO. POSSIBILIDADE. CERTIDÃO DE FALÊNCIA OU CONCORDATA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. DESCABIMENTO. APTIDÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. COMPROVAÇÃO. OUTROS MEIOS. NECESSIDADE. 1. Conforme estabelecido pelo Plenário

do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2). 2. Conquanto a Lei n. 11.101/2005 tenha substituído a figura da concordata pelos institutos da recuperação judicial e extrajudicial, o art. 31 da Lei n. 8.666/1993 não teve o texto alterado para se amoldar à nova sistemática, tampouco foi derogado. 3. **À luz do princípio da legalidade, "é vedado à Administração levar a termo interpretação extensiva ou restritiva de direitos, quando a lei assim não o dispuser de forma expressa"** (AgRg no RMS 44099/ES, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016). 4. **Inexistindo autorização legislativa, incabível a automática inabilitação de empresas submetidas à Lei n. 11.101/2005** unicamente pela não apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, principalmente considerando o disposto no art. 52, I, daquele normativo, que prevê a possibilidade de contratação com o poder público, o que, em regra geral, pressupõe a participação prévia em licitação. 5. O escopo primordial da Lei n. 11.101/2005, nos termos do art. 47, é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. 6. **A interpretação sistemática dos dispositivos das Leis n. 8.666/1993 e n. 11.101/2005 leva à conclusão de que é possível uma**

ponderação equilibrada dos princípios nelas contidos, pois a preservação da empresa, de sua função social e do estímulo à atividade econômica atendem também, em última análise, ao interesse da coletividade, uma vez que se busca a manutenção da fonte produtora, dos postos de trabalho e dos interesses dos credores. 7. A exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de **possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.** 8. Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial. (Superior Tribunal de Justiça. Primeira Turma. AREsp 309867. Rel. Min. Gurgel de Faria)

Igualmente manifesta-se a jurisprudência dos tribunais de contas, como bem esposado em recente decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Em que pese a discussão havida acerca da possibilidade de se requisitar a certidão negativa de recuperação judicial na fase habilitatória, **considero inexistir controvérsia de que o Administrador não pode vedar, de plano, a participação de empresas que se encontrem nesta situação.**

Nesse aspecto, impende consignar, em apertada síntese, que, pelo procedimento da Lei nº 11.101/05, a empresa que se encontrar em situação de crise financeira pode requerer a recuperação judicial ao juízo competente (art.51), que, caso considere pertinente seu acolhimento, determinará o prosseguimento do feito (art.52), para posterior análise do Plano de Recuperação (art. 53 e 54), seguida de apreciação e aprovação pela Assembléia Geral de

Credores (art. 55 a 57). Após esse trâmite, o juiz poderá conceder a recuperação judicial (art.58), que “implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos”.

Deste modo, a empresa que obteve a concessão da Recuperação Judicial não está, de antemão, inapta para ser contratada, podendo assumir riscos e compromissos nos limites previstos no seu Plano de Recuperação que, diferentemente da concordata, possui maior flexibilidade na sua negociação junto aos credores.

Todavia, a mera existência de plano de recuperação judicial, por si só, não garante a capacidade da empresa em executar as obrigações contratuais, até porque o descumprimento de qualquer obrigação estabelecida no plano acarretará a convolação da recuperação em falência (art. 61, §1º).

Assim, imprescindível a confrontação do caso concreto com os termos do referido Plano para se avaliar a viabilidade econômico financeira da interessada.

Impende destacar que este é o entendimento que embasou decisão do **E. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO** no sentido de permissão de participação, em licitações, de “empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93” (Acórdão 8271/2011 – 2ª Câmara, DOU de 04-10-2011).

Importante frisar que a apresentação da certidão de concessão de recuperação judicial não suprime a obrigação de a empresa comprovar todos os quesitos requeridos no certame, inclusive econômico financeiros,

pois necessário conferir igual tratamento a todas as licitantes, perante o princípio da isonomia.

Nestes termos, o que pude observar é que a **não apresentação da certidão negativa de recuperação judicial não pode resultar na inabilitação imediata da licitante**, mas deve ser sucedida de avaliação dos demais requisitos de habilitação econômico-financeira que, no caso de empresas naquela situação, deve abarcar a verificação de que o Plano de Recuperação encontra-se vigente e atende as exigências “indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações” (art. 37, XXI, CF).

[...]

2.16 Posto isto, circunscrito estritamente às questões analisadas, considero **parcialmente procedentes as impugnações, determinando que a Administração, querendo dar seguimento ao certame, adote as medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, especialmente para:**

[...]

b) Possibilitar a apresentação de certidão positiva de recuperação judicial, requisitando a documentação a ela relacionada, que comprove seu regular trâmite e viabilidade econômico-financeira. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-003987.989.15-9 – sessão de 30/09/2015, Tribunal Pleno) (grifou-se)

O posicionamento da Corte de Contas é concreto, vez que são inúmeros os julgados pela proibição de vedação de empresas em recuperação judicial.

1. ALAN CESAR DE ARAUJO formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 01/16, do tipo menor preço global por lote, elaborado pela

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA, cujo objeto é o “registro de preços para eventual aquisição de materiais de uso coletivo para atender a demanda das diversas unidades escolares da Prefeitura, para o ano letivo de 2016, conforme solicitado pela Secretária de Educação, atendendo as especificações contidas no Anexo I”

2. Insurge-se o Representante contra as seguintes especificações do edital:

[...]

5. Além dos questionamentos suscitados pela Representante, necessário que a Administração justifique também a vedação à participação no certame de empresas que estejam em recuperação judicial, em desconpasso com o novel entendimento deste Tribunal (TCs- 3987.989.15-9 e 4033.989.15-315).

6. É o quanto basta para concluir, em exame prévio e de cognição não plena, pela ocorrência de possível violação à legalidade e competitividade desejadas, suficiente para a concessão da providência cautelar, a permitir sejam bem esclarecidas, durante a instrução, todas as questões suscitadas.

Considerando que a entrega das propostas está designada para o dia 21-01-15, às 09h30min, acolho a solicitação de exame prévio do edital, determinando, liminarmente, ao Prefeito que SUSPENDA a realização da sessão pública de recebimento dos envelopes e ABSTENHA-SE DA ADOÇÃO DE QUAISQUER MEDIDAS CORRETIVAS NO EDITAL ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO DESTA CORTE. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. TC-000735.989.16-2 – sessão de 20/01/2016) (grifou-se)

Portanto, resta comprovado que a proibição editalícia da participação no certame de empresas em recuperação fere flagrantemente entendimento do



E. Superior Tribunal de Justiça, do E. Tribunal de Contas da União e do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, não podendo se admitir referida restrição à competitividade inerente às licitações promovidas pelo Poder Público e à consequente contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

Logo, por todo o exposto, se faz necessária a suspensão do certame e a retificação do presente Edital a fim de que seja permitida a participação e apresentação de certidão positiva de recuperação judicial, sendo respeitada, dessa forma, os ditames impostos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos e a jurisprudência dos Tribunais.

3 – DOS ASPECTOS TÉCNICOS

3.1. QUADROS ELÉTRICOS

Inicialmente, o subitem 6.4.8 do Anexo I (Especificações Técnicas) solicita que a solução de quadros elétricos deve possuir índice de proteção IP66 (resistente a jatos d'água e poeira), entretanto, na seção 7.9 estão especificadas diversas características que os quadros elétricos devem conter.

Nota-se uma desconexão entre os índices de proteção descritos no referido subitem e os acessórios requeridos pelo Edital.

Para comprovar nossa interpretação, citamos como exemplo o subtópico “b” do subitem 7.9.3, requisitando mais uma vez que os quadros devem possuir grau de proteção IP66 ou superior. Tal requisição se contrapõe aos subtópicos “c” e “g” do mesmo subitem 7.9.3, que solicitam que os quadros possuam sistema de aquecimento e troca de calor, bem como ventilação forçada, respectivamente.

Ora, se o quadro deve possuir proteção IP66, é impossível manter este nível de índice de proteção ao inserir ventiladores e trocadores de calor, pois inevitavelmente haverá acesso do ar externo para com o lado interno da caixa.



As contradições do Edital afetam diretamente o balizamento das propostas devido às múltiplas interpretações possíveis oriundas das inconsistências do texto. Vale ressaltar que tais características podem impor grande variação nos preços, haja vista que são equipamentos e características físicas menos convencionais, reforçando a necessidade de clareza nas requisições para estabelecer uma concorrência justa entre as concorrentes.

3.2. SWITCHES

Os switches requeridos no item 7.4 possuem especificações que não condizem com a função de prover conectividade para câmeras e dispositivos da camada de acesso como:

s) Capacidade instalada para implementar os serviços e protocolos de roteamento em todas as interfaces fornecidas: RIPv1, RIPv2, OSPF, BGP4, IS-IS, Implementação de rotas estáticas, PBR, VRRP ou HSRP;

Protocolos de roteamento baseados em vetores de distância como RIPv1 e RIPv2 e protocolos de roteamento baseados em link-state como OSPF possuem características especificadas da camada de Distribuição e CORE, realizando a função de controle e encaminhando de tráfego entre localidades distintas.

Sendo assim, equipamentos que possuem estas características de protocolos de roteamento não possuem nenhuma ligação com a camada de acesso, onde utilizamos switches de camada 2 para conexão de câmeras e outros dispositivos de acesso conforme objeto do Edital.

Além dos protocolos mencionados, os protocolos BGP e IS-IS são protocolos específicos de Data Center e são utilizados, na grande maioria dos



casos, em operadoras de Internet, que utilizam estes protocolos para convergir tabelas de roteamento diretamente conectadas com o mundo externo (Internet).

Por fim, estes protocolos, além de possuírem características que não condizem com o objeto do Edital, inviabilizam o processo no ponto de vista de econômico, tendo em vista que switches da família Catalyst, que contemplam estas características, possuem um valor de mercado em torno de R\$30.000,00, muito superior ao máximo solicitado pelo instrumento convocatório.

3.3. CÂMERAS SPEED DOME

Ao analisar as considerações do item 7.2 (Especificações das Câmeras Speed Dome) observamos a existência de inconsistências nas especificações.

As características técnicas descritas denotam que a linha de produtos do fabricante Axis Communications é a mais próxima de atender às especificações, porém, não existe qualquer produto na linha deste fabricante ou mesmo de outros fabricantes do mercado capaz de satisfazer as solicitações dos subitens “h” (*faixas de trabalho do obturador: 1/20.000 s (um vinte mil avos de segundo) a 1s (um segundo), ou faixa mais ampla deste que contenha os valores de borda citados neste item*) e “k” (*Velocidades de movimentação variável linearmente em correspondência à posição do manche do joystick tipo PAN e TILT entre 0,05°/s (cinco centésimos de grau por segundo) a 400°/s (quatrocentos graus por segundo) ou faixa maior que considere estas medidas e ângulo de varredura de 360° (trezentos e sessenta graus) contínuos para PAN e 210° (duzentos e dez graus) ou faixa maior para TILT*) em um mesmo equipamento.

De fato, o fabricante Axis e outros do mercado possuem equipamentos com tais características, mas nunca presentes em um mesmo equipamento simultaneamente.



Ainda, houve confusão em relação ao uso da especificação “IEEE802.1X^A”, referida no subitem R, uma vez que o protocolo IEEE802.1XA não existe, e sim o IEEE802.1X, acreditamos que a letra “A” refere-se à indicação de nota de rodapé existente no datasheet da Axis, que acidentalmente acabou por constar no Edital. As evidências podem ser comprovadas nas imagens abaixo, extraídas do Anexo I:



SE AD - Superintendência de Segurança Empresarial

Especificações Técnicas - Anexo I

imagem, nitidez, contraste, balanço de branco, controle de exposição, zonas de exposição, compensação de luz de fundo. Intensidade de contraste e ajuste igual ou superior a 100dB (cem decibéis);

- q) Recurso de estabilização eletrônica de imagem com sistema automático;
- r) Sistema de proteção: senha de usuário, filtro de IP, criptografias HTTPS, IEEE802.1X^a autenticação Digest, registro de logs de acesso de usuários;
- s) Compatibilidade com os seguintes protocolos: IPv4/v6, HTTP, HTTPS, FTP, SMTP, UPNP, SNMP, DNS, NTP, RTSP, RTP, TCP, UDP, IGMP, DHCP, ARP;
- t) Recursos de vídeo inteligente disponíveis: detecção de movimento por vídeo, acompanhamento automático;

Network		ICES-003 Class B, VCCI Class B, RCM A KCC KN22 Class B, KN35 EN 61000-3-2, EN 61000-3-3	
Security	Password protection, IP address filtering, HTTPS ^a encryption, IEEE 802.1X ^a network access control, Digest authentication, User access log, Centralized certificate management, brute force delay protection	Safety	IEC/EN/UL 60950-1, IEC/EN/UL 60950-Environment
Supported protocols	IPv4, IPv6, USGv6, HTTP, HTTPS ^a , SSL/TLS ^a , QoS Layer 3 DiffServ, FTP, SFTP, CIFS/SMB, SMTP, Bonjour, UPnP TM , SNMP v1/v2c/v3 (MIB-II), DNS, DynDNS, NTP, RTSP, RTP, SRTP, TCP, UDP, IGMP, RTCP, ICMP, DHCP, ARP, SOCKS, SSH, NTCP, LLDP	Environment	IEC/EN 60529 IP66, NEMA 250 Type 4 IEC 60068-2-1, IEC 60068-2-2, IEC 601 IEC 60068-2-27, IEC 60068-2-78, ISO Network NIST SP500-267
System integration		Dimensions	217 x 188 x 188 mm (8 9/16 x 7 3/8 x
Application Programming Interface	Open API for software integration, including VAPIX® and AXIS Camera Application Platform; specifications at www.axis.com AXIS Video Hosting System with One-Click Connection ONVIF Profile S and ONVIF Profile G, specification at www.onvif.org	Weight	2.5 kg (5.5 lb)
Analytics	Included AXIS Video Motion Detection Audio detection Support for AXIS Camera Application Platform enabling installation of third-party applications, see www.axis.com/ocap	Included accessories	RJ45 Push-pull Connector (IP66), Hard pipe adaptor, U-profile pipe adaptor, In decoder 1-user license, AVHS Authent
Event triggers	Detectors: live stream accessed, video motion detection,	Optional accessories	AXIS T91B Mounts, AXIS T94A02L Rece RJ45 cable with pre-mounted connecto 30 W 1-port, Repaintable skin covers Smoked dome, Axis 10-pin Push-pull S Axis Multicable C I/O Audio Power 1 m
		Video management software	AXIS Companion, AXIS Camera Station software from Axis' Application Develo on www.axis.com/vms
Languages	English, German, French, Spanish, Italian, Russian, Simplified Chinese, Japanese, Korean, Portuguese, Traditional Chinese	Environmental responsibility: www.axis.com/environmental-responsibility	
Warranty	Axis 3-year warranty and AXIS Extended Warranty option, see www.axis.com/warranty		
^a This product includes software developed by the OpenSSL Project for use in the OpenSSL Toolkit. (www.openssl.org), and cryptographic software written by Eric Young (ey@cryptsoft.com).			



Assim, é necessário que o Edital seja corrigido, sob pena de impossibilitar a correta formulação das propostas, sendo certo que nenhum participante terá condições de atender às especificações referidas da forma como constam no instrumento convocatório.

3.4. LANÇAMENTO DE CABOS ÓPTICOS E ELÉTRICOS

O Edital não descreve com clareza as rotas e encaminhamentos que poderão ser utilizados para lançamento dos cabos ópticos e elétricos.

De fato, diversos subitens da seção 6 (CARACTERÍSTICAS DOS PONTOS DE MONITORAMENTO 01, 02, 03, 04, 05, 06 E 07) citam sobre as origens, destinos e distâncias entre os pontos de monitoramento e os locais em que serão origem dos sinais.

O modo como o Edital descreve os trajetos não deixa claro se o meio físico será o mesmo para todos os 7 pontos, ou se terão de ser trechos distintos para cada câmera. As múltiplas interpretações poderiam ser reduzidas caso o Edital contivesse um layout demonstrando os trajetos que a infraestrutura deverá fazer, de modo a atender o projeto em sua totalidade, e não parcialmente.

O mesmo ocorre com a infraestrutura lógica. A não existência de uma topologia de rede não deixa claro os pontos de distribuição da rede, nem mesmo onde fisicamente estes pontos de distribuição estão fisicamente, o que inviabiliza dimensionar o montante de fibra óptica.

3.5. INCOMPATIBILIDADE DOS PREÇOS FIXADOS NO EDITAL



Salientamos, por fim, que os preços de referência estipulados pelo Edital não serão suficientes para atender às necessidades da contratação.

Há componentes de alto valor que devem ser considerados pelas licitantes e que impactam diretamente na composição de valores, dentre eles: Licenças e placas controladoras do fabricante Lenel, servidores, nobreak, leitoras de proximidade HID, itens de infraestrutura em alumínio e quadros elétricos em aço inox. Todos estes componentes possuem valor significativo na composição de custos, por possuírem nível de qualidade muito superior aos convencionais de mercado. Outro fator que contribui para a síntese de valores é a estruturação da planilha de preços que “embute” todos os itens citados no valor do ponto instalado.

3.6. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA COMPETITIVIDADE E ISONOMIA

Conforme asseverado, o Edital apresenta pontos obscuros, contraditórios e restritivos, o que impreterivelmente viola os princípios da ampla competitividade e isonomia.

Estabelece o artigo 3º da Lei 8.666/1993:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§1º - É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.” (grifou-se)

lei determina:
No mesmo sentido, em seu artigo 15, § 7º, inciso I, referida

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

[...]

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;” (grifou-se)

Desta forma, o ato convocatório estabelece exigências contraditórias que impossibilitam a identificação e seleção dos produtos mais adequados à contratação, ou ainda produtos impossíveis de serem encontrados no mercado. Igualmente, há exigências técnicas conflitantes com os preços fixados no Edital, na medida em que apenas produtos superiores e muito mais caros atenderão aos aspectos técnicos solicitados.

Não há dúvidas de que tais exigências e contradições violam o princípio da legalidade na medida em que contrariam expressa disposição legal, bem como princípios norteadores do processo licitatório, haja vista restar aniquilada a igualdade de condições entre concorrentes, em inequívoca afronta à isonomia.



Da mesma forma, é certo que inúmeras empresas aptas à consecução do objeto contratual estarão eliminadas da competição por não fornecerem produtos com as especificações restritivas ou contraditórias indevidamente indicadas no Edital.

Assim, para que sejam sanados os vícios referidos e seja restabelecida a competitividade no processo licitatório, torna-se imperativo o acolhimento da presente Impugnação, devendo a Administração, no uso de seu poder de autotutela e em vistas à satisfação do interesse público, suspender o certame até que haja a devida retificação do instrumento convocatório ou, caso não seja este o entendimento, em face das patentes ilegalidades asseveradas, anular o Edital em questão.

4 – DO PEDIDO

Face ao exposto, requer-se seja acolhida a presente **IMPUGNAÇÃO** para a reforma do Edital em epígrafe, ou, caso seja outro o entendimento, seja este anulado, dados os vícios nele contidos, os quais inviabilizam o regular prosseguimento do processo licitatório em questão.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Canoas/RS, 14 de dezembro de 2018.

TELTEX TECNOLOGIA S.A.

Valmor Fernandes Rosa Filho